SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
HISTÓRIA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, tem pautado as suas ações na geração, difusão e aplicação do conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular das populações na Amazônia. A partir desse princípio, o conhecimento histórico tem sido produzido visando o aproveitamento das potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão. Com o propósito de assegurar a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa foi implantado, a partir da década de 1970, o processo de interiorização da universidade para as diferentes regiões do Pará, resultante também das ações extensionistas vinculadas ao Projeto Rondon. A partir desta nova proposta de uma universidade muito mais presente no interior da Amazônia, se definiu uma proposta curricular em que os cursos passam a contribuir mais com o desenvolvimento social de cada região paraense. O Campus Universitário de Ananindeua criado pela resolução Nº 717 de 12 de agosto de 2012 e localizado na cidade de Ananindeua, envolvido também neste processo de interiorização, surge com o objetivo de proporcionar o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de cursos de graduação e pós-graduação, regulares e intervalares. Com a proposta do governo federal de expandir as vagas do Ensino Superior através da reestruturação das universidades públicas, a administração local em consonância com a administração superior, resolveu implantar entre os novos cursos, o de História. Isto por entender que a região a ser atendida pelo novo curso, possui uma demanda de professores que necessitam assegurar a formação em nível de graduação em História, e também por esta região ser portadora de um rico patrimônio

histórico que se encontra expresso nas construções, no acervo documental e na apropriação oral e simbólica das populações locais. A criação do Curso de História está relacionada às ações de pactuação estabelecida entre o Ministério de Educação do Brasil e a Universidade Federal do Pará para garantia da expansão do ensino superior no Estado. Além de garantir a formação com qualidade de professores da rede pública, privada e conveniadas, têm o propósito ainda de articular os diversos espaços de guarda da memória histórica de constituição da região e da própria Amazônia. Como espaço acadêmico e de ensino superior expressa a possibilidade de explorar os acervos históricos disponíveis na região, garantir a sua sistematização e difundir para a comunidade os resultados de pesquisas. Neste aspecto, este projeto pedagógico, estruturado de acordo com as normas vigentes e elaborado por uma comissão formada pela coordenação e professores do Campus de Ananindeua, e debatido com a comunidade acadêmica, apresenta as matrizes curriculares e aspectos formativos do Curso de História. Tem como eixo norteador a interlocução entre pesquisadores e comunidade de forma que a produção acadêmica ao mesmo tempo em que responda a uma demanda social, que possibilite, entre outras questões relevantes, o conhecimento histórico dos grupos sociais estabelecidos na região Metropolitana de Belém, como também o modo de vida desses grupos, que ajudam a compreender a História da Amazônia e do Brasil; inserindo a história dessas comunidades no circuito da historiografia brasileira e internacional.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Licenciatura em História do Campus Universitário de Ananindeua (CANAN), da Universidade Federal do Pará (UFPA), situada na Região Metropolitana de Belém, foi criado com o propósito de suprir uma demanda histórica por formação qualificada de professores na Amazônia, região marcada por complexidades sociais, culturais e ambientais que exigem um olhar historiográfico específico. Desde sua implantação, o curso tem contribuído para a formação de profissionais críticos, capazes de atuar tanto na educação básica quanto na pesquisa, com ênfase nas realidades locais. No entanto, tornou-se imperativa a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para adequá-lo não apenas às novas Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, mas também para superar desafios identificados ao longo de sua implementação e incorporar avanços teórico-metodológicos que respondam às urgentes demandas educacionais da região.

O contexto amazônico, em especial o estado do Pará, apresenta características singulares que influenciam diretamente a formação docente. Belém, como principal polo educacional da região, concentra um grande número de matrículas em licenciaturas, mas ainda enfrenta graves deficiências na qualificação de professores. Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022) revelam que o Pará possui 12.532 matrículas em cursos de licenciatura, sendo 1.847 em História, o que demonstra a relevância da formação docente na região. No entanto, o Censo Escolar (2023) aponta que 42% dos docentes de História atuantes na rede pública paraense não possuem formação específica na área, um indicador alarmante que impacta a qualidade do ensino.

Esse cenário é agravado pelo baixo desempenho educacional no estado, evidenciado pelo IDEB de 4,2 em 2022, abaixo da média nacional de 5,5 (INEP, 2022). Além disso, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2023), apenas 35% dos professores da educação básica no Pará possuem pós-graduação, percentual inferior à média nacional (45%), refletindo uma carência de formação continuada. A evasão nas licenciaturas também é um desafio crítico: estudos do Observatório do Ensino Médio e Ensino Superior na Amazônia (2021) indicam que cerca de 30% dos ingressantes em cursos de História abandonam a graduação antes da conclusão, devido a fatores como dificuldades financeiras, falta de políticas de permanência estudantil e desarticulação entre teoria e prática docente.

Diante desse quadro, torna-se imperativo um curso de Licenciatura em História que não apenas forme professores, mas que o faça com um olhar atento às particularidades regionais, preparando-os para trabalhar com temáticas como a história indígena e afro-brasileira, em conformidade com a Lei 11.645/08, bem como os conflitos socioambientais e memórias locais, fundamentais na Amazônia, onde questões como disputas por terra e recursos naturais são centrais. A incorporação de metodologias ativas e tecnologias educacionais, considerando as realidades de escolas rurais e urbanas na região, também se faz necessária.

Dessa forma, a atualização do PPC visa não apenas suprir lacunas formativas, mas também reduzir a dissonância entre a formação universitária e as demandas das escolas públicas paraenses, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais e para a valorização da história e cultura amazônicas.

Ao longo de sua existência, o curso consolidou importantes conquistas, como a formação de grupos de pesquisa dedicados à História da Amazônia, Memória e Patrimônio Cultural, além de estabelecer parcerias com escolas públicas para a realização de estágios supervisionados e projetos de extensão. No entanto, alguns desafios persistem e demandam uma revisão do PPC. Entre eles, destaca-se a necessidade de adaptação às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP nº 4/2024), que exigem uma formação docente mais

integrada entre teoria e prática, com ênfase em metodologias ativas, educação inclusiva e o uso de tecnologias digitais. Além disso, a dispersão geográfica das escolas na região metropolitana e no interior do estado tem dificultado a oferta regular de estágios supervisionados, essenciais para a formação prática dos licenciandos. Outro ponto crucial é a necessidade de ampliar o enfoque em temas regionais, como a história urbana de Belém, os movimentos sociais na Amazônia e as culturas tradicionais, garantindo que os egressos estejam preparados para abordar essas questões em sala de aula.

Diante desse cenário, a atualização do PPC propõe uma série de ajustes curriculares e metodológicos. Em primeiro lugar, busca-se inserir componentes que atendam às exigências da Resolução CNE/CP nº 4/2024. Além disso, pretende-se fortalecer a articulação com as escolas públicas por meio de estágios supervisionados e práticas extensionistas, garantindo que os licenciandos vivenciem a realidade das salas de aula da região. A inclusão de temáticas transversais, articulando as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, caras à disciplina História, aprofundando temas e abordagens como a da História Oral, das Memórias da Amazônia, do Patrimônio Cultural e das Identidades Locais, do Ensino de História e das Questões Ambientais, permitirão que os alunos construam trajetórias formativas alinhadas aos seus interesses e às demandas regionais.

A expectativa é que essas mudanças resultem em um curso mais dinâmico e conectado com as necessidades da educação básica na Amazônia. Além disso, espera-se formar professores melhor preparados para atuar em diversos contextos, desde escolas urbanas até comunidades rurais e ribeirinhas, contribuindo para a melhoria dos índices educacionais no estado. A revisão do PPC visa continuar fomentando pesquisas que valorizem a História da Amazônia, fortalecendo a produção de conhecimentos que dialoguem com as identidades e memórias locais, muitas vezes marginalizadas nos currículos tradicionais.

Desde o início de sua oferta, o curso de Licenciatura em História tem se alinhado às políticas institucionais da UFPA, buscando integrar os âmbitos de ensino, pesquisa e extensão de maneira articulada. Essas políticas visam garantir a permanência dos estudantes, oferecendo bolsas e inserção em projetos e grupos de pesquisa, além de assegurar a qualidade do ensino de graduação. Essa integração não só favorece o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também proporciona a formação de um corpo docente altamente qualificado e engajado com a universidade e a comunidade.

A partir de 2016, o corpo docente foi contemplado com recursos materiais, como computadores e projetores, além de bolsas voltadas para estudantes provenientes de editais do PRODOUTOR ? Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador. Esses recursos ajudaram a consolidar a infraestrutura do curso, permitindo o desenvolvimento de pesquisa e o

aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. De forma análoga, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem sido fundamental para a inserção dos graduandos em projetos de pesquisa, promovendo o aprofundamento científico dos estudantes e sua formação acadêmica em alto nível. Todos os docentes do curso são parte de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e em programas de pós-graduação, como o Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) e o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), contribuindo para a articulação do ensino de graduação com as mais recentes produções científicas.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão se reflete também nas diversas iniciativas do curso que promovem a interação com a sociedade. Os docentes da Faculdade de História da UFPA têm sido contemplados com editais do Programa de Apoio à Realização de Eventos (PAEV), que possibilitam a organização de eventos acadêmicos, promovendo o intercâmbio com pesquisadores de instituições brasileiras e internacionais e a participação dos graduandos em atividades científicas. Além disso, os projetos de extensão desenvolvidos pela faculdade têm sido um ponto forte na formação dos alunos, com ênfase em temáticas como preservação ambiental, direitos humanos, questões étnico-raciais e de gênero, especialmente voltados para a realidade da Região Metropolitana de Belém e de Ananindeua. Os programas PIBIX e PROEX ? Eixo Transversal têm sido essenciais para garantir bolsas extensionistas, permitindo que os estudantes se envolvam diretamente em ações de impacto social, como a divulgação de informações científicas e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), em colaboração com escolas públicas e comunidades quilombolas.

Outro marco importante da política institucional no âmbito do curso é a atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que desde 2018 tem permitido a inserção de estudantes em atividades pedagógicas em escolas públicas. Essa iniciativa fortalece a formação prática dos licenciandos e contribui para sua permanência na universidade, ao mesmo tempo em que aprimora a qualidade do ensino nas escolas da rede pública. A atuação dos alunos no PIBID é um exemplo da conexão direta do curso com as necessidades educacionais da sociedade.

Além das ações de ensino e pesquisa, o curso também se beneficiou do apoio institucional para qualificação da infraestrutura acadêmica. Projetos de melhoria dos espaços físicos do curso, como o Laboratório de Humanidades Amazônicas (LABHAM), inaugurado em 2018, e a futura construção do Laboratório de Ensino de História, previsto para 2024, são frutos do Subprograma de Apoio à Infraestrutura de Laboratórios de Ensino de Graduação (LABINFRA-PROEG). Esses laboratórios são fundamentais para o desenvolvimento de

atividades práticas e para o aprofundamento das pesquisas acadêmicas relacionadas ao campo da História e às particularidades da região amazônica.

A demanda pelo curso afirma o seu reconhecimento como porta de acesso qualificado ao ensino superior para estudantes da periferia da Região Metropolitana de Belém. Essa procura reforça o papel estratégico do campus na redução das desigualdades educacionais na Amazônia, aliando densidade teórica (com disciplinas que integram saberes regionais e nacionais) e práticas pedagógicas inovadoras. Esta revisão do PPC representa assim a maturidade de um projeto formativo que já demonstrou sua capacidade de formar professores-pesquisadores críticos, aptos a atuar nos desafios concretos da educação básica na Amazônia. Com a revisão do PPC, o curso não apenas responde às exigências das novas diretrizes curriculares, mas projeta-se como um espaço de produção de conhecimento e transformação social.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

A Direção da Faculdade compete administrar e representar a subunidade junto às instâncias da UFPA e outras instituições públicas ou privadas. Também deve manifestar-se sobre pleitos e reivindicações dos cursos, coordenações acadêmicas e perante os órgãos superiores da UFPA. É assim que a Coordenação do Curso participa dos Fóruns de Licenciatura da UFPA, que acontecem anualmente, bem como, de outros fóruns e eventos afins, como os que se efetivam junto à organismos como a Associação Nacional de História e Grupos de Trabalho diversos. A Direção é responsável por convocar e presidir as reuniões do Conselho da Faculdade, bem como cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento Geral da UFPA, das deliberações dos colegiados superiores e do Conselho da Faculdade, além das disposições deste Regimento. Além disso, a Direção deve distribuir o pessoal técnico-administrativo lotado na Faculdade e assinar diplomas e certificados. Também pode instituir comissões, por delegação ou não do Conselho da Faculdade, para estudos de temas e execução de projetos específicos. A Direção também é responsável por apresentar ao Conselho da Faculdade, até um mês após o encerramento do ano letivo, um relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de propostas visando o aperfeiçoamento das atividades da Faculdade, encaminhando-o à instância competente. Deve ainda exercer o poder disciplinar, conforme a legislação aplicável, quando necessário. Por fim, cabe à Direção resolver casos omissos ad referendum do Conselho da Faculdade, que deverão ser

posteriormente apreciados e homologados pelo Conselho da Faculdade. A cada gestão da Direção da Faculdade, é apresentado um Plano de Ação. Estes vem se fazendo no sentido de fortalecer a formação acadêmica e o currículo do curso, de modo a garantir uma abordagem integrada das questões locais e regionais com os debates nacionais e internacionais; aprimorar a infraestrutura da faculdade, com vistas a proporcionar melhores condições para o ensino, a pesquisa e a extensão; consolidar a atuação da faculdade como um centro de referência da região metropolitana de Belém, no que tange à pesquisa e à produção de conhecimento nas áreas de história ambiental, direitos humanos, questões étnico-raciais e de gênero, além de temas pertinentes às comunidades tradicionais e quilombolas; fortalecer a interação da faculdade com a sociedade, ampliando os projetos de extensão voltados para as comunidades ribeirinhas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; aumentar a capacitação do corpo docente, com ênfase na formação continuada, para que os docentes possam estar atualizados nas metodologias de ensino e nas questões de relevância local e global.

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

O cargo de Vice-Diretor da Faculdade de História (FHIST) é de fundamental importância na estrutura administrativa e organizacional da instituição. O Vice-Diretor será eleito conjuntamente com o Diretor, por meio de um processo eleitoral que envolve os membros do Corpo Docente efetivo, os Técnicos-administrativos da FHIST, bem como os alunos regularmente matriculados nos cursos oferecidos pela Faculdade. O mandato do Vice-Diretor será de dois anos, com possibilidade de recondução para um segundo mandato consecutivo, conforme disposto nos Regimentos e Estatutos Gerais da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Para ser eleito Vice-Diretor, o candidato deve ser, obrigatoriamente, um professor efetivo da Faculdade de História. A eleição ocorre dentro do processo eleitoral conjunto com a do Diretor, o que implica que ambos devem apresentar uma gestão integrada e colaborar mutuamente para o bom funcionamento da Faculdade.

O Vice-Diretor tem como função primordial substituir o Diretor nas suas ausências ou impedimentos, garantindo a continuidade da administração da Faculdade. Além disso, o Vice-Diretor deve colaborar diretamente com o Diretor na gestão administrativa e pedagógica da FHIST, participando ativamente das decisões estratégicas e na implementação de políticas acadêmicas.

O Vice-Diretor também é responsável por assumir outras atividades compatíveis com suas atribuições, sempre com o objetivo de assegurar o eficaz desempenho da função administrativa da Faculdade. Essas atribuições podem incluir a coordenação de projetos específicos, participação em comissões, e a supervisão de áreas acadêmicas ou administrativas, conforme a necessidade da gestão da Faculdade.

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

O regimento da Faculdade de História do Campus Universitário de Ananindeua, seguindo o disposto no Regimento da UFPA, aponta a existência das funções de diretor(a) (que assume a Coordenação do Curso) e vice-diretor(a), os quais devem passar por um processo eleitoral envolvendo o conjunto de membros do corpo docente efetivo e técnicos-administrativos da faculdade, além dos alunos regularmente matriculados no curso, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais 1 (um) mandato em sequência. Diretor(a) e vice-diretor(a) precisam ser professores efetivos integrantes da carreira do magistério superior, membros do corpo docente efetivo da Faculdade de História do Campus Universitário de Ananindeua. Todos os diretores(as) e vice-diretores(as) possuíram o regime de trabalho de 40h, com dedicação exclusiva.

D. COLEGIADO DO CURSO

A Faculdade de História do Campus de Ananindeua possuí um regimento como documento normativo de suas instâncias e atuações. O Conselho da Faculdade possui funções de órgão deliberativo. É composto pelo Diretor/a, que presidirá o Conselho, o Vice-Diretor/a, que substitui o Diretor na ausência deste, por todos os professores efetivos ingressantes na carreira do magistério superior, membro do Corpo Docente, da representação do corpo técnico-administrativo e da representação do corpo discente dos cursos de graduação oferecidos pela faculdade. Garante-se, assim, a presença no Conselho de ampla participação de docentes, técnicos-administrativos e do corpo estudantil, com direto a fala e a voto nas questões deliberadas no conselho. Mensalmente ocorrem reuniões ordinárias do Conselho da Faculdade, no início de cada mês, antecedendo as deliberações do Conselho do Campus Universitário de Ananindeua, instância deliberativa máxima da unidade, a qual Faculdade de História, enquanto subunidade, está submetida. Também estão previstas reuniões extraordinárias, que ocorrem sempre que se faz necessário. Nos dois tipos de reuniões, há

divulgação prévia da pauta a ser discutida. Nesse sentido, a cada reunião são produzidas atas para registrar formalmente os assuntos discutidos, decisões tomadas e ações definidas durante uma reunião, documentando o que foi acordado entre os participantes, garantindo a transparência das discussões formalizando decisões administrativas, pedagógicas ou outras relacionadas ao funcionamento da instituição. Como instância máxima de deliberação da Faculdade de História, cabe ao Conselho elaborar, avaliar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos sob sua responsabilidade, a partir das ações efetivadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE); planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de avaliar os Planos Individuais de Trabalho dos docentes. Também deve estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do curso e criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade. Além disso, o Conselho deve solicitar à direção da Faculdade e ao Conselho do Campus Universitário de Ananindeua a realização de concurso público para provimento de vagas nas carreiras docente e técnico-administrativas, assim como a abertura de processos seletivos para contratação de temporários, sempre em consonância com as normas da UFPA e com a legislação vigente. Deve propor à FHIST critérios específicos para avaliação de desempenho e progressão de servidores, respeitando as normas e políticas estabelecidas pela Universidade, e manifestar-se sobre o desempenho de servidores, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão na carreira. O Conselho também deve indicar ou propor membros para as comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos ou empregos de professor, de acordo com a legislação vigente e as normas da UFPA. Deve ainda manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse da FHIST, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, garantindo que sejam realizados em conformidade com as normas pertinentes. Também cabe ao responsável decidir questões referentes à matrícula, opção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, além de lidar com representações e recursos contra matérias didáticas, sempre obedecendo à legislação e normas pertinentes. Deve coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso e representar o Conselho do Campus Universitário de Ananindeua em casos de infração disciplinar. Por fim, é responsável por organizar e realizar as eleições para a Direção da Faculdade, organizar Câmaras, Coordenações ou Comissões para o melhor desempenho das atividades da subunidade.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade de História do Campus de Ananindeua foi instaurado desde o início da implantação do curso, participando, portanto, dos debates que geraram o Projeto Político Curricular da licenciatura em História. O NDE está posto em conformidade com a Resolução 4399/2013 ? CONSEPE/ UFPA, participando do acompanhamento e avaliação, a partir do Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação dos Cursos. O NDE é composto por seis membros, indicados e aprovados pelo conselho da faculdade. A recomposição do NDE se dá a cada dois anos, acompanhando a própria dinâmica da eleição da direção da faculdade, contudo, sempre preservando a continuidade de membros, de modo que proporcione a rotatividade de seus integrantes, mas conservando a memória e as iniciativas do ciclo anterior. Todos os docentes que integraram o NDE são lotados na Faculdade de História do Campus de Ananindeua, possuindo o título de doutor. As reuniões do NDE estão previstas para acontecerem ao final de cada semestre letivo. Contudo, as demandas em termos do estudo e debate em relação aos aspectos normativos e curriculares da licenciatura também podem suscitar reuniões do NDE. Nesse sentido, o NDE atua como instrumento de avaliação, mas também como organismo analítico e propositivo em relação ao currículo do curso. Assim, o NDE deve participar do planejamento curricular, realizando análises sobre os componentes e estrutura curricular oferecidas pelo curso, tanto em relação às legislações definidas pelo Estado brasileiro, como também em relação ao desenvolvimento formativo dos estudantes. Através das avaliações realizadas, busca identificar núcleos, áreas e componentes em termos da concretização de seus objetivos de ensino-aprendizagem, utilizando para isso ferramentas como análises a partir do AVALIA, de formulários de egressos, feedbacks de alunos e autoavaliações dos professores. Outro aspecto da atuação do NDE deve ser a preocupação com a integração entre ensino, pesquisa e extensão, analisando a construção dos projetos executados pelos docentes.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: HISTÓRIA
Local de Oferta: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
Endereço de Oferta: Rua Arterial 5
Bairro: Icuí-Guajará
CEP: 67125749
Número: 0
Complemento:

Cidade: Ananindeua

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Turno de Funcionamento: Noturno

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em História

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.75 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3290 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3948 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: UFPA/ CONSEP - Resolução N. 4.726, de 24 de setembro de 2015

Ato de Reconhecimento: MEC/ Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Portaria N° de 20/07/2021

Ato de Renovação: Em processo

Avaliação Externa: Avaliado em 2018: CC 4.

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

A orientação do curso de Licenciatura em História tem como pressuposto a

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando que o verdadeiro significado desse tripé só se concretiza quando ele se conecta com as experiências e problemáticas vivenciadas no contexto social. Nesse sentido, a formação de um profissional autônomo deve priorizar uma abordagem ampla e crítica, capacitando os futuros professores de História a lidar com a diversidade cultural, posicionar-se de maneira reflexiva diante das questões sociais e políticas e fazer escolhas conscientes sobre como desenvolver seu trabalho com o conhecimento histórico.

A construção de um conhecimento histórico crítico exige uma formação teórico-metodológica que articule não apenas os saberes acumulados ao longo da história da disciplina, mas também as questões contemporâneas que moldam a sociedade. O conhecimento histórico não é algo estático ou desvinculado da realidade; ele é, antes, um processo dinâmico que exige do historiador a habilidade de analisar, interpretar e contextualizar as informações de maneira crítica, conectando o passado com as questões atuais. Essa reflexão crítica sobre o conhecimento histórico vai além de simplesmente compreender os fatos do passado: ela envolve uma compreensão profunda de como essas narrativas podem ser usadas para interpretar e intervir no presente.

A abordagem epistemológica adotada no curso de Licenciatura em História reflete uma concepção de história como prática social, em que o historiador não se limita a ser um transmissor passivo de informações, mas se torna um sujeito ativo, engajado em processos sociais, políticos e culturais. Para tanto, é importante a articulação com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a filosofia e a antropologia, que fornecem as bases teóricas e metodológicas para uma análise interdisciplinar da História. A história não deve ser vista como uma disciplina isolada, mas sim como uma construção complexa que dialoga com outras formas de saber, reconhecendo suas múltiplas abordagens e interpretações.

Do ponto de vista ético, o curso de Licenciatura em História visa formar profissionais comprometidos com a verdade histórica e a responsabilidade social no exercício da docência. O historiador deve ser capaz de promover uma educação pautada pela tolerância, respeito e compreensão das diferenças socioculturais. Esses princípios estão alinhados com a legislação brasileira, em especial com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição Federal, que estabelecem a educação como um direito fundamental, promovendo a diversidade e a cidadania.

A formação ética do licenciado em História envolve o reconhecimento das distorções e silenciamentos que muitas vezes ocorrem nas narrativas históricas tradicionais, especialmente em relação aos grupos marginalizados, como as populações indígenas, negras, femininas, entre outras. A ética do historiador, nesse sentido, deve estar comprometida não

apenas com a pesquisa e a transmissão do conhecimento, mas também com a promoção de um espaço educacional inclusivo e igualitário. O profissional de História deve ter consciência do impacto de suas escolhas metodológicas e pedagógicas, adotando uma postura crítica e responsável diante do processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, é fundamental que os futuros professores de História compreendam o papel da educação como um instrumento de transformação social, e como o conhecimento histórico pode ser utilizado para promover a cidadania ativa e a autonomia dos alunos. A educação deve ser, portanto, um espaço de construção de uma sociedade mais justa, em que as questões de classe, gênero, etnia e outras formas de desigualdade sejam refletidas e discutidas no contexto da História.

Do ponto de vista didático-pedagógico, a formação no curso de Licenciatura em História deve contemplar a articulação entre teoria e prática, possibilitando ao aluno uma capacidade crítica e criativa no desenvolvimento de estratégias pedagógicas. O ensino de História deve estar em constante diálogo com as realidades locais e regionais, buscando conectar o conteúdo histórico à vivência do aluno e ao seu contexto social. Nesse sentido, o pluralismo de ideias e a valorização da tolerância são essenciais, pois garantem a liberdade para que diferentes visões sobre o passado sejam apresentadas e discutidas em sala de aula, respeitando as perspectivas diversas e as múltiplas identidades culturais presentes na sociedade.

A formação didático-pedagógica do futuro historiador envolve também o desenvolvimento de habilidades para o planejamento e a gestão de processos educativos, que vão além da simples transmissão de conteúdos. O docente de História deve ser capaz de organizar espaços de aprendizagem que estimulem a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos. Nesse processo, a utilização de metodologias ativas e interativas, como debates, projetos de pesquisa, atividades de campo e o uso de novas tecnologias, deve ser incorporada como ferramenta para a construção de uma aprendizagem significativa.

É imprescindível que o docente de História, ao atuar nos diversos níveis de ensino, tenha uma formação que não se restrinja ao domínio do conteúdo, mas que também envolva uma competência pedagógica ampla, que inclui o planejamento, a gestão de sala de aula, a avaliação crítica do processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Esse compromisso com a formação integral do aluno deve ser parte fundamental da atuação do historiador no ambiente educacional, criando condições para que o conhecimento histórico não seja apenas memorizado, mas seja vivido e ressignificado pelos estudantes.

Além disso, é importante destacar que, em um cenário educacional dinâmico e diversificado,

a atuação do professor de História se estende para espaços não formais de ensino, como museus, centros de memória, arquivos e outras iniciativas de preservação do patrimônio. Essas práticas educacionais devem contribuir para que o estudante compreenda a história não apenas como uma disciplina acadêmica, mas como um processo vivo, que se articula com sua realidade social e cultural.

A formação do profissional de História deve ser entendida como um processo contínuo, autônomo e permanente, que exige do licenciado em História não apenas o domínio do conhecimento histórico, mas também uma postura crítica, ética e pedagógica em relação ao ensino e à sociedade. A interligação entre ensino, pesquisa e extensão deve servir como base para a construção de um profissional de História comprometido com a transformação social, a valorização da diversidade e a cidadania ativa.

OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do curso é formar professores de História para atuar na Educação Básica (ensinos Fundamental e Médio) e em espaços não-formais de ensino. Isso implica compreender diferentes concepções teórico-metodológicas que permitam referenciar a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas, articulando as novas tecnologias para o desenvolvimento de práticas voltadas para o ensino-aprendizagem nesses espaços. Essa articulação de saberes permite observar a formação do licenciado em História como um processo formativo que é contínuo, permanente e em constante transformação diante a reflexão de sua prática docente e a realidade social onde irá atuar. O licenciado em História é o profissional que trabalha como docente em instituições de ensino, além de exercer atividades relativas à produção e avaliação de programas e materiais didáticos voltados para a educação básica em suas diferentes modalidades. A formação do licenciado em História visa apresentar uma sólida formação cognitiva que articule temáticas interdisciplinares. Além dessas premissas, apresenta ainda uma consistente competência técnica para desenvolver ações relativas à elaboração e execução de pesquisas educacionais em instituições públicas e privadas. Possui como objetivos específicos: Proporcionar experiências de pesquisa, possibilitando aos discentes desenvolverem projetos e construírem conhecimento novo e de qualidade articulando as novas tecnologias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; Formar professores capazes de utilizar, de forma competente, os recursos didáticos, para transformar a sala de aula num ambiente mais inclusivo onde se constrói e se reconstrói o conhecimento; Oportunizar ao aluno

conhecimentos que possibilitem uma visão ampla, crítica, reflexiva e questionadora acerca dos assuntos trabalhados durante o curso; Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço, de forma que estas competências orientem a construção de práticas de ensino de história que venham assegurar a formação do professor. Essa formação é essencial para que os futuros educadores compreendam as diversas concepções teórico-metodológicas que fundamentam o ensino de História, inclusive, integrando as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) de maneira a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e acompanhar as dinâmicas próprias da sociedade contemporânea que se vê permeada pelos dispositivos do mundo digital. O perfil do egresso é moldado pela necessidade de um profissional que não apenas conheça o conteúdo histórico, mas que também desenvolva competências críticas e reflexivas. Os licenciandos são capacitados a elaborar e utilizar recursos didáticos que promovam uma sala de aula inclusiva, onde a diversidade é contemplada. A estrutura curricular do curso articula temas contemporâneos, como direitos humanos, questões étnico-raciais, gênero e meio ambiente, assegurando que esses conteúdos sejam tratados de forma transversal e interdisciplinar. Além disso, o curso se compromete a superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, promovendo práticas educativas que estimulem a investigação e a análise crítica da realidade. Isso é fundamental para preparar os alunos a lidar com as complexidades do mundo contemporâneo, equipando-os com uma sólida formação cognitiva e uma competência técnica necessária para a elaboração e execução de projetos de pesquisa educacional. Ao concluir o curso, o licenciado em História se torna um mediador do conhecimento, capacitado a articular o saber acadêmico com o saber escolar. Sua atuação se concentra na sala de aula, onde ele viabiliza a construção do conhecimento histórico, fundamentando suas práticas nas diretrizes curriculares e nas necessidades dos alunos. O profissional formado estará preparado para enfrentar os desafios do magistério, promovendo o desenvolvimento ético e crítico dos educandos e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Mesmo tendo como espaço privilegiado de atuação a escola, na educação básica, o perfil do Licenciado em História vem se modificando e se ampliando em função das novas demandas surgidas na sociedade contemporânea. Necessita superar a dicotomia entre o ensino e pesquisa, divisão que não atende as necessidades do mundo atual, mobilizando o processo de

ensino e aprendizagem para viabilizar práticas educativas que contemplem a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. O profissional de História encontra atualmente várias possibilidades de atuação, em diferentes setores da sociedade que articulam a construção de conhecimentos sobre a dimensão temporal. É, portanto, um profissional que requer um conjunto de saberes complexos e diversificados, que mobilizam necessariamente elementos didático-pedagógicos, das questões específicas da disseminação do saber histórico e das demandas próprias do contexto nacional. Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem se coloca necessariamente como procedimento investigativo. O perfil do egresso em Licenciatura em História é moldado pelas demandas contemporâneas que exigem um profissional capaz de atuar de maneira crítica e reflexiva em diferentes contextos, tanto na Educação Básica quanto em espaços não-formais de ensino. Este licenciado deve estar preparado para integrar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) em suas práticas pedagógicas, promovendo um ensino inclusivo que aborde questões de direitos humanos, diversidade étnico-racial e de gênero. Além disso, é essencial que ele desenvolva uma abordagem interdisciplinar, incorporando temas ambientais e contemporâneos, facilitando a construção de um conhecimento histórico que dialogue com as realidades sociais e culturais dos alunos. Com uma formação que valoriza a pesquisa e a mediação do conhecimento, o egresso deve ser um agente ativo na promoção de práticas educativas que reflitam a complexidade da sociedade atual. Com atuação privilegiada no espaço escolar, o Licenciado em História se coloca como o docente que media e viabiliza a construção do conhecimento histórico escolar, mobilizando elementos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos para planejar, fundamentar as bases das escolhas curriculares, com a seleção e organização de conteúdos, construir práticas de ensino que oportunizem uma diversidade de competências e habilidades, fomentando atividades de diferentes procedimentos e construir ferramentas de avaliação sobre os objetivos de ensino traçados, no sentido de formar um aluno capacitado para atuar criticamente no mundo, agregando também recursos pedagógicos para uma prática docente de inclusão. Sua atribuição central é, portanto, a docência na Educação Básica. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais e ambientes virtuais de aprendizagem. Realiza ainda pesquisas em Ensino de História, coordena e supervisiona equipes de trabalho, o que torna necessário o domínio dos fundamentos da Educação para que possa atuar de forma articulada com outras áreas de conhecimento, possibilitando atividades interdisciplinares ao longo de sua formação. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. O Licenciado em

História deverá estar capacitado ao exercício docente, sabendo transitar entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar, além das práticas essenciais de sua produção e difusão no contexto escolar. Ao profissional de História caberá, com postura crítica e autonomia intelectual, problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento, seja em termos historiográficos, da cultura escolar ou da cultura histórica de modo geral. Nesse aspecto, a atuação no magistério deve ser concebida como uma dimensão que ultrapassa a mera tarefa pedagógica de transmitir o conhecimento. Da docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional, a fim de poder promover junto com seus interlocutores a análise da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências para avaliação e aprimoramento do próprio ensino. Assim estaríamos firmando o tripé ensino, pesquisa e extensão demandada pela universidade pública. Ademais, o professor deve estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a re-elaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e a desconstrução e desnaturalização dos saberes construídos e legitimados por diferentes lugares sociais interessados. O modelo de formação está acompanhado de ações como pesquisador, o que possibilita, neste aspecto, diminuir as distâncias que há entre as práticas e os saberes históricos produzidos e debatidos no espaço da Universidade e aqueles ensinados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. O curso de Licenciatura em História no Pará é projetado para atender às especificidades e demandas da região amazônica, levando em consideração sua rica diversidade cultural, social e ambiental. A formação do docente é orientada por temas relevantes como a história indígena e a sustentabilidade ambiental, permitindo que os futuros educadores compreendam e ensinem a complexidade das especificidades do local de sua atuação. Assim, o curso busca formar profissionais capacitados não apenas para atuar na educação básica, mas também para contribuir com a comunidade em ações que reforcem os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se às diretrizes das políticas educacionais que enfatizam a contextualização do ensino e a valorização da diversidade cultural. Considerando o princípio da indissociabilidade e o perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e mediador do conhecimento histórico, torna- se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do profissional de história. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-metodológica articulada com as práticas de professor-pesquisador.

COMPETÊNCIAS

De acordo com os objetivos do curso, o perfil do profissional a ser formado e o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História, espera-se que o graduado em História desenvolva as seguintes competências:

A) Competências Gerais:

? Domínio das Concepções Metodológicas: Compreender e aplicar as diferentes concepções metodológicas específicas e pedagógicas que fundamentam a construção de categorias para investigação e análise das relações sociohistóricas, garantindo uma compreensão crítica das dinâmicas de poder, resistência, e transformação no tempo e no espaço.

? Domínio de Conteúdos e Métodos Pedagógicos: Conhecer os conteúdos básicos, os fundamentos teóricos, os métodos e as técnicas pedagógicas aplicadas ao ensino de História nos diferentes níveis da Educação Básica. Este conhecimento deve permitir a construção do conhecimento histórico, com foco na integração de teoria e prática pedagógica.

? Reflexão Crítica sobre as Experiências Históricas: Ser capaz de problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, identificando e analisando as diferentes relações de tempo e espaço que estruturam a história das sociedades.

? Conhecimento das Tradições Civilizatórias: Conhecer as informações essenciais sobre as diferentes épocas históricas e as várias tradições civilizatórias, reconhecendo as inter-relações e os impactos mútuos entre elas ao longo do tempo.

? Interdisciplinaridade e Transversalidade: Ter a capacidade de transitar entre a História e outras áreas do conhecimento, favorecendo análises interdisciplinares que contribuam para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e mais inclusivas no ensino de História.

? Pesquisa, Produção e Difusão de Conhecimento: Desenvolver habilidades para a pesquisa, a produção do conhecimento histórico e sua disseminação, não apenas no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

? Tecnologias e Inovação na Prática Histórica: Ser competente na elaboração e utilização de novas tecnologias aplicadas ao ofício do historiador, seja no processo de ensino, na pesquisa ou na preservação e divulgação de patrimônios históricos.

B) Competências Específicas para a Licenciatura:

? Conhecimento da Estrutura Sócio-Educacional: Conhecer as especificidades socioeducacionais e a estrutura organizacional das instituições de ensino, com o intuito de

viabilizar, junto a outros profissionais da educação, a análise crítica dos processos de ensino-aprendizagem. A partir dessa análise, buscar estratégias para a avaliação e potencialização desses processos.

? Reflexão sobre a Produção do Conhecimento e a Experiência Didática: Desenvolver uma reflexão sistemática e contínua entre a produção do conhecimento histórico acadêmico e as práticas didáticas. Reconhecer as diferenças entre saber histórico acadêmico e saber histórico escolar, buscando uma articulação entre ambos no ambiente de ensino.

? Concepções e Práticas Pedagógicas: Reconhecer e aplicar diferentes concepções e práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História, como currículo, apropriação do conhecimento, práticas didáticas, planejamento, gestão do tempo e espaço na sala de aula, além da avaliação de situações didáticas e da aprendizagem dos estudantes.

? Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural: Respeitar e valorizar o patrimônio histórico-cultural, com especial atenção à preservação e gestão dos acervos documentais e bens culturais, reconhecendo sua importância para a construção da identidade cultural e o fortalecimento da memória social.

? Ressignificação do Conhecimento Histórico: Desenvolver e promover a produção e a ressignificação do conhecimento histórico, não apenas no contexto acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus e órgãos de preservação de acervos. Além disso, envolver-se com políticas públicas de educação patrimonial e de preservação cultural.

? Inovação e Flexibilidade na Prática Docente: Atuar de forma flexível e inovadora, utilizando a criatividade para desenvolver práticas educacionais que contemplem a diversidade social e cultural, permitindo uma abordagem crítica e inclusiva do conhecimento histórico, capaz de respeitar as diferenças de origem, classe e etnia dos estudantes.

Também consideramos outros aspectos:

1. Aspecto da Formação Crítica e Reflexiva: O egresso do curso de Licenciatura em História deve ser capaz de articular uma visão crítica e reflexiva sobre os processos históricos, sociais e culturais, considerando as implicações dos acontecimentos históricos na formação das sociedades atuais. A habilidade de pensar de forma crítica sobre a História é essencial para que o profissional, ao atuar em sala de aula, possa promover uma formação cidadã e engajada, que contribua para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

2. Ética Profissional e Responsabilidade Social: Além das competências acadêmicas e pedagógicas, é fundamental que o egresso tenha uma formação pautada na ética profissional. Isso envolve não apenas o respeito à diversidade, mas também o compromisso com a verdade histórica, a justiça social e a construção de uma educação inclusiva, que considere as diferentes realidades dos alunos e da comunidade escolar.

3. Gestão de Projetos Educacionais e Culturais: O licenciando em História deve ser capaz de atuar em projetos educacionais e culturais dentro e fora do ambiente escolar. Isso inclui o desenvolvimento de atividades que envolvem o patrimônio histórico, a organização de exposições, a gestão de arquivos e a implementação de políticas de educação patrimonial, temas cada vez mais presentes nas escolas e no contexto educacional brasileiro.
4. Desenvolvimento Profissional Contínuo: Considerando as transformações constantes nas práticas pedagógicas e o avanço das tecnologias no campo da História, é importante que o egresso tenha a competência para se engajar em sua formação contínua. O profissional de História deve ser capaz de buscar e integrar novas metodologias e tecnologias educacionais, promovendo a constante atualização e aprimoramento da prática docente.

ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História foi elaborada com base na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, e é composta por uma carga horária total de 3290 horas. O projeto pedagógico foi concebido para proporcionar uma formação sólida, crítica e reflexiva, preparando os futuros professores para atuarem de maneira ética e competente no campo da educação básica e nas práticas de ensino de história. A estrutura curricular está organizada em três núcleos, além dos Estágios Supervisionados, com componentes e atividades curriculares que abrangem diferentes aspectos da formação acadêmica e profissional dos estudantes, de acordo com as diretrizes e demandas do sistema educacional brasileiro.
Núcleo I: Estudos de Formação Geral (885 horas)
O Núcleo I é composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar. Com um total de 885 horas, engloba 11 componentes curriculares que são fundamentais para o desenvolvimento da formação pedagógica do estudante. Este núcleo visa proporcionar os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos necessários para a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, constituindo a base comum para todas as licenciaturas. O núcleo está centrado em três grandes áreas: Formação Pedagógica, Fundamentos da Educação e Prática de Pesquisa. Ele articula os princípios filosóficos, éticos e sociológicos que orientam o fazer docente, além de incluir conteúdos específicos que se relacionam com os sistemas de ensino e as diversas realidades educacionais.
As disciplinas deste núcleo permitem que os discentes se aprofundem em temas como as

teorias educacionais e os fundamentos pedagógicos, preparando-os para enfrentar os desafios do ensino na educação básica. As componentes curriculares abordam os processos de ensino-aprendizagem de maneira interdisciplinar, envolvendo a observação, a pesquisa, o planejamento de atividades pedagógicas, a elaboração de materiais didáticos, e a interação com as práticas educativas em contextos reais. Ao longo deste núcleo, os alunos são incentivados a refletir sobre as bases da educação escolar e a desenvolver uma atuação crítica e transformadora.

Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (1600 horas)

O Núcleo II composto pelos conhecimentos específicos necessários para a compreensão do conhecimento histórico, sua prática e metodologias de ensino, conforme as diretrizes nacionais para a educação básica. Compreende um total de 1600 horas, distribuídas em 24 componentes curriculares, além do Trabalho de Curso (TC). É aqui que os alunos se aprofundam nas questões históricas, historiográficas e pedagógicas, estudando as grandes temáticas que atravessam a História e a prática do historiador.

A estrutura curricular desse núcleo está organizada em duas grandes áreas: História e Sociedade, e Teoria e Metodologia da História. A História e Sociedade abrange conteúdos que tratam dos grandes recortes espaço-temporais da história brasileira, amazônica e mundial, analisando os processos históricos e suas implicações sociais. Já a área de Teoria e Metodologia da História oferece ao estudante as ferramentas metodológicas necessárias para a pesquisa e o ensino da História, considerando as diferentes abordagens historiográficas, as fontes históricas e os desafios do ensino da disciplina.

Além disso, este núcleo também abrange a formação pedagógica que permitirá aos futuros professores desenvolverem metodologias de ensino específicas para a História, abordando desde o planejamento até a execução de atividades em sala de aula. O Trabalho de Curso (TC), realizado ao longo da formação, integra esse núcleo e visa consolidar os conhecimentos adquiridos, estimulando a produção científica dos alunos.

Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (345 horas)

O Núcleo III envolvem práticas de extensão e atividades acadêmicas em instituições de Educação Básica. É composto por 4 componentes curriculares, totalizando 345 horas. O objetivo principal deste núcleo é proporcionar ao aluno a vivência de sua futura profissão de forma prática e integrada ao cotidiano da escola, permitindo que ele desenvolva competências que vão além do conhecimento teórico.

As atividades de extensão são realizadas em instituições de ensino básico, com a orientação e acompanhamento de um professor formador. Durante esse período, o aluno tem a oportunidade de vivenciar a prática pedagógica, acompanhando professores e estudantes,

desenvolvendo projetos de ensino e aplicando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. As práticas extensionistas abrangem atividades como elaboração de materiais didáticos, apoio ao ensino de História, e a realização de projetos educativos voltados para a educação básica.

Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (400 horas)

O Núcleo IV é realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor. Os Estágios Supervisionados se ligam àquilo que a Resolução N. 04/2024 relaciona ao Núcleo IV. É composto por quatro componentes que somam 400 horas e são distribuídos ao longo do curso, começando já no primeiro semestre. Esses estágios são realizados em instituições de Educação Básica, nas quais os alunos têm a oportunidade de aplicar suas competências pedagógicas sob a supervisão de um professor formador. São compreendidos como processo de construção e aprofundamento de saberes profissionais e, desse modo, constituem-se em espaços de aprendizagem e objeto de investigação. Durante os estágios, os estudantes serão desafiados a observar, planejar e executar atividades de ensino, além de refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas observadas e desenvolvidas.

As Atividades Complementares são de caráter obrigatório, com o objetivo de alcançar uma formação plena e diversificada, que permita ao egresso do Curso de História exercer com êxito e criatividade suas atribuições como professor-pesquisador, além de atender aos princípios de flexibilização e inovação, contabilizando um total de 60h, a qual deverá ser concretizada a partir de componentes curriculares optativos (de no mínimo 45h) e de outras atividades acadêmicas e científicas (de no mínimo 15h), como inserção em projetos de pesquisa, ensino e extensão e participação de eventos acadêmico-científicos.

Os conteúdos curriculares são estruturados para promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando que o processo formativo dos alunos não se restrinja à sala de aula, mas se expanda para atividades práticas que envolvem a produção acadêmica e a intervenção na realidade social. Essa integração é fortalecida pela interdisciplinaridade, que permite a construção de saberes e práticas educacionais a partir de diversas áreas do conhecimento, criando conexões entre diferentes disciplinas e enriquecendo a formação histórica. Além disso, o currículo é projetado para garantir flexibilidade acadêmica, permitindo que os alunos escolham componentes optativos que atendam aos seus interesses e perspectivas de atuação profissional, ampliando suas possibilidades de aprendizagem. A

articulação entre teoria e prática é um princípio fundamental do curso, assegurando que o conteúdo teórico seja constantemente aplicado e refletido nas práticas de ensino e pesquisa, seja no contexto das práticas extensionistas, seja nos estágios supervisionados ou nos projetos de pesquisa. Dessa maneira, os licenciandos têm a oportunidade de consolidar o conhecimento adquirido e de desenvolver competências essenciais para a atuação no campo educacional e em outras áreas profissionais.

Temas Transversais

O curso de Licenciatura em História se destaca pela incorporação de temas transversais que são abordados de forma permanente ao longo de toda a formação, em diferentes componentes curriculares, com ênfase em questões como Educação Ambiental, Ensino das Relações Étnico-Raciais, e Educação em Direitos Humanos. Essas temáticas são fundamentais para a construção de uma formação ética e cidadã, visando a reflexão crítica sobre a realidade social e as relações de poder e inclusão.

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei nº9.795/1999 e Decreto nº4.281/2002): Conhecimentos referentes à dimensão ambiental, dos processos socioculturais da humanidade, colocaram-se como elementos de destaque no currículo do Curso, no sentido de abordar os conhecimentos e as escolhas sociais, bem como os valores e atitudes referentes à ética das relações homem-natureza e das relações entre os sujeitos. Os conteúdos educativos presentes no Curso de Licenciatura em História articulam natureza, história e conhecimento, além de valores e atitudes como respeito, responsabilidade e compromisso. Ela deve ser compreendida como uma dimensão da educação, como atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, objetivando potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. O Curso desenvolverá atividades curriculares como, Educação Ambiental, Sociedades coloniais na Amazônia, História da Amazônia Oitocentista e História da Amazônia Contemporânea de maneira que capacite os alunos para a proposição e elaboração de materiais didáticos para mediar à interação dos sujeitos com seu meio natural e social, além de atividades e práticas de extensão que abordem ações de gestão ambiental-ecológica e práticas educativas em que essas questões sejam tratadas de forma articulada aos espaços sociais e às vivências profissionais dos alunos. O Curso já desenvolve atividades de iniciação científica e de extensão em que se abordam essas questões.

- ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL (Lei nº 11.645/2008 e resolução CNE/CP nº01/2004): O subdimensionamento dos efeitos das desigualdades étnico-raciais embota o fomento de ações de combate ao racismo na sociedade brasileira, visto que difunde a

explicação da existência de igualdade de condições sociais para todas as pessoas. Para superar essa problemática, o Curso desenvolverá ações com o intuito de construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre a diversidade étnico-racial, além de incluir os conteúdos referentes à educação dessa temática nos componentes curriculares, articulando-as à pesquisa e à extensão. O Curso desenvolve projetos de iniciação científica e atividades de extensão em que são abordadas essas questões através de análise de materiais didáticos e debates de filmes que abordam essas questões. Articular-se-á os conteúdos das disciplinas de Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, Educação para as questões étnico-raciais, Ensino de História das Comunidades tradicionais e indígenas e História dos Povos Indígenas como forma de instrumentalizar os discentes para a proposição e elaboração de materiais didáticos e de divulgação, no quais abordem o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, discutindo a participação de populações indígenas e quilombolas no processo de constituição do espaço e da paisagem amazônica, espaço aglutinador de experiências de grupos étnico-raciais de matriz africana e indígena.

- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (CNE/CP nº 01/2012): Contribuir na sensibilização para a causa dos Direitos Humanos é um dos propósitos do Curso de Licenciatura em História. Pensar na construção de atividades curriculares pautadas pelo coletivismo, reflexão crítica da realidade, privilegiando a participação ativa e a constante interação entre a teoria e a prática, assegurando o princípio da solidariedade, do respeito ao ser humano e os valores sociais e coletivos. As Atividades Curriculares, como por exemplo, História Contemporânea, História do Brasil Colonial, Sociedades coloniais nas Américas e História do Tempo Presente possibilitam a instrumentalização, proposição e elaboração de recursos didático-pedagógicos para a divulgação dessa temática no ambiente escolar e na comunidade. Para consolidar essas ações, a oferta das Práticas Extensionistas foram apresentadas para construir uma pedagogia crítica e não de resignação frente aos problemas postos na contemporaneidade.

Além disso, o curso incorpora as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), desenvolvendo as competências digitais dos futuros professores, para que possam utilizar as tecnologias como ferramentas pedagógicas inovadoras, ampliando a formação cultural e aprimorando a prática educativa. O uso de ambientes virtuais de aprendizagem e metodologias digitais está alinhado com a proposta de proporcionar uma formação dinâmica e interativa, capaz de atender às diversas necessidades dos alunos, desenvolvendo seu pensamento crítico e habilidades no vasto universo da informação digital.

O Curso de Licenciatura em História reconhece a importância de promover uma formação

inclusiva e acessível a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência ou transtornos. Nesse sentido, o currículo foi concebido para garantir que os futuros professores estejam preparados para atuar em ambientes educacionais diversos e inclusivos. A formação contempla a reflexão e o desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas, que respeitam e valorizam as diferenças individuais, proporcionando aos alunos com deficiência ou transtorno o apoio necessário para o pleno aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem. O curso inclui conteúdos e estratégias didáticas que visam sensibilizar os estudantes para as necessidades específicas dessa população, além de fornecer ferramentas para a criação de materiais didáticos acessíveis e para o uso de tecnologias assistivas. Dessa forma, o curso prepara os licenciandos para trabalhar em escolas inclusivas e para atender às demandas de um sistema educacional que respeite a diversidade, promovendo a equidade e a participação de todos os alunos no processo educativo.

METODOLOGIA

É indicado aos professores do curso de História que adotem práticas metodológicas diversificadas, abrangendo, além das aulas expositivas dialogadas, aulas práticas e experimentais associadas à produção de material didático e a visitas orientadas a escolas e demais espaços não formais de ensino, tais como museus, centros de documentação, bibliotecas e institutos de pesquisa, onde possam desenvolver projetos educacionais. O planejamento das atividades curriculares é realizado no início de cada semestre letivo, respeitando o calendário acadêmico da Universidade Federal do Pará, e envolve professores, alunos, técnicos e a direção da faculdade.

O processo de avaliação constitui-se como um espaço importante para o planejamento das atividades docentes da faculdade. Por esse motivo, ao final de cada semestre letivo, ocorre uma avaliação das ações desenvolvidas no período, não apenas relativas às atividades em sala de aula, mas também à realização de eventos acadêmicos e às orientações em projetos de pesquisa e extensão. Nesse sentido, é imprescindível que a metodologia de ensino seja definida a partir da relação professor-aluno, estimulada nesses espaços de diálogo, na perspectiva de buscar o envolvimento desses sujeitos nas práticas de pesquisa e produção do conhecimento histórico e educacional. Isso visa à ampliação das possibilidades de autonomia profissional, tanto para os docentes formadores quanto para os discentes em formação.

A concepção de avaliação adotada é a formativa e contínua, que se caracteriza por:

Destinar-se a promover a aprendizagem;

Levar em conta o progresso individual do aluno em termos de conteúdos e habilidades;

Ser critério-referencial, baseada no estabelecimento de critérios de avaliação fundamentados nos objetivos traçados;

Levar o discente a exercer um papel central no processo, atuando ativamente em sua própria aprendizagem.

Com base na concepção e nos princípios adotados pela Faculdade de História, a avaliação da aprendizagem é realizada de forma processual, contínua e diagnóstica. Essas características possibilitam que a avaliação seja um momento de reflexão para o docente examinar sua prática e para o aluno perceber-se como um agente com capacidade de intervir, discutindo os momentos, as formas e os processos avaliativos. Por isso, é indicado aos docentes que utilizem variadas estratégias de avaliação.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Curso tem como princípio formador a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que se entende que esses elementos só adquirem significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes na sociedade. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de não estabelecer uma divisão na formação do profissional que vai atuar nas escolas e daqueles que se encaminham exclusivamente para áreas de pesquisa. Pensando nisso, o Curso de Licenciatura em História destinou a carga horária da prática como componente curricular para a execução de atividades pedagógicas dentro dos Componentes Curriculares do Núcleo I: Estudos de Formação Geral e do Núcleo II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos, nas quais professor e alunos poderão instrumentalizar e vivenciar cotidianamente a prática reflexiva e os aspectos relevantes para a consolidação do processo de ensino-aprendizagem.

Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia deve priorizar uma formação mais ampla, que prepare os formandos para atuarem com criticidade, capacidade

de lidar com a diversidade cultural, posicionamento diante de situações sociais e políticas, e condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como irá conduzir seu trabalho de educador ao lidar com o conhecimento histórico e sua articulação com as disciplinas do campo educacional.

Acreditamos que é importante caminhar no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional capaz de articular pesquisa, ensino e extensão. Nesse aspecto, entendemos que o envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico amplia as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das diversas concepções de fazer História. Isso contribui para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para que se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Para que esses princípios sejam desenvolvidos, é necessário construir um conjunto de atividades práticas que estejam integradas ao longo do curso e distribuídas nas disciplinas. Para materializar a proposta da prática como componente curricular, destacamos os exercícios das disciplinas dos Núcleos mencionados para a realização de atividades pedagógicas, tais como: elaboração de textos didáticos, análise de literaturas e mídias voltadas ao ensino de História, processos de prática pedagógica e metodologias, elaboração ou instrumentalização para criação de material didático, domínio de novas tecnologias e materiais, preparação e reflexão sobre o conteúdo dos livros didáticos, análises de conteúdos em currículos da educação básica e redefinição dos conteúdos trabalhados no ensino básico. Além disso, inclui-se o ensino de História vinculado a espaços não formais de ensino, como museus, galerias e monumentos, como instrumentos necessários à formação docente.

Nesse sentido, o curso vem procurando desenvolver atividades, a partir dos componentes curriculares, nas quais os alunos elaborem planos de aula que incorporem diferentes abordagens teóricas e metodológicas, utilizem fontes históricas e tecnologias digitais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, busca-se também refletir sobre os processos históricos a partir de vertentes ambientais, de gênero, das relações étnico-raciais e na inter-relação entre o local e o global, incentivando e inserindo os estudantes em projetos como ?História Vai à Praça?, ?Cartografia da Liberdade?, ?Belém Memória? e outros. Esses projetos promovem a interdisciplinaridade, permitindo que integrem conteúdos de História com outras áreas do conhecimento, como Geografia, Artes, Literatura e Ciências Sociais.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em História, com carga horária total de 400 horas, distribuídas ao longo de quatro componentes de 100 horas, sendo três deles realizados em espaços escolares e um em ambiente não formal de ensino. As atividades de Estágio Supervisionado começam a partir do primeiro semestre, proporcionando aos alunos a vivência do ensino de História em contextos diversos, como o ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação escolar quilombola. Essas experiências práticas visam ampliar a compreensão dos discentes sobre as diferentes formas de ensinar História, ampliando a leitura crítica das temporalidades e espacialidades históricas.

Estruturado a partir da resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, tem o objetivo de inserir o estudante no cotidiano escolar, permitindo-lhe observar as práticas pedagógicas e administrativas no ambiente de ensino. O Estágio Supervisionado em escolas-campo abrange atividades de observação, reconhecimento do espaço escolar e interação com a gestão educacional, além da participação em atividades pedagógicas como reuniões de docentes e conselhos de classe.

Os estágios são acompanhados de perto por professores orientadores, responsáveis por direcionar as atividades do aluno e garantir que a experiência de Estágio Supervisionado se integre ao processo de formação teórica e prática. O professor orientador também é o responsável por fornecer as diretrizes para a execução das atividades, incluindo a elaboração de planos de intervenção e regência, assim como a avaliação contínua dos discentes. Esse acompanhamento permite que os alunos não apenas apliquem os conhecimentos adquiridos, mas também desenvolvam uma postura crítica sobre as práticas pedagógicas observadas e realizadas, criando um espaço de diálogo constante entre teoria e prática.

A Coordenação de Estágio Docente da Faculdade de História, por sua vez, desempenha um papel fundamental na organização e gestão das atividades de Estágio Supervisionado, incluindo a articulação de convênios com escolas e órgãos públicos da região metropolitana de Belém, além de parcerias com instituições como o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Ananindeua, que viabilizam a realização de estágios remunerados e não obrigatórios. Esses estágios complementam a formação acadêmica, permitindo aos alunos vivenciar a docência em contextos diversos, como as escolas públicas, as instituições de ensino do sistema de justiça e espaços históricos de relevância cultural.

Durante o Estágio Supervisionado, o caráter investigativo e reflexivo das atividades é enfatizado, estimulando os alunos a pensarem criticamente sobre o fazer pedagógico. O Estágio Supervisionado não se resume a uma mera reprodução do conhecimento, mas se configura como um processo dinâmico de articulação entre o saber histórico e as práticas

pedagógicas, de modo que as atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado possibilitem uma vivência prática da docência em diferentes contextos de ensino. O desenvolvimento de projetos de pesquisa e a proposição de atividades pedagógicas inovadoras são etapas fundamentais para a construção do perfil profissional do futuro professor de História.

As ações básicas previstas para o estágio supervisionado docente de História são essencialmente de inserção no exercício da docência nos níveis de Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, Indígena e Comunidades Tradicionais. Nesse caso, serão utilizadas como espaços de estágio as escolas públicas das localidades em que o curso está sendo aplicado. Essas atividades podem dividir-se em um período prévio de observação, reconhecimento, planejamento, organização e práticas docentes, bem como atuação como pesquisador no espaço escolar. Nesse momento, corresponde ao professor-pesquisador colocar em prática as técnicas aprendidas, levar as discussões da nova produção histórica e sua pesquisa. O resultado do estágio docente será apresentado por meio de um relatório final concernente às atividades realizadas e às propostas pedagógicas desenvolvidas. Em alguns casos específicos, podem ser propostos projetos especiais a serem desenvolvidos na forma de oficinas, minicursos, laboratórios e em outros espaços educativos, desde que atendam ao caráter pedagógico da relação específica de atividade de ensino e à carga horária estabelecida. A integração entre as práticas de ensino, a observação crítica e a realização de atividades de pesquisa nos contextos de Estágio Supervisionado é fundamental para a formação de professores de História, contribuindo para uma compreensão mais profunda e contextualizada do fazer pedagógico.

O curso vem buscando parcerias e maior integração com as redes públicas de ensino, visando proporcionar debates e experiências, sobre/ na educação básica. Nesse sentido, além dos convênios que permitem a realização dos Estágio Supervisionados nas escolas estaduais e municipais (em Ananindeua e na Região Metropolitana de Belém), a Faculdade de História possui o Projeto de Iniciação à Docência (PIBID), que em três edições contemplou um número significativo de alunos com bolsas e os direcionou em atividades em diferentes escolas, possibilitando atender e entender as comunidades escolares e suas múltiplas realidades, tais como as que são destinadas a adolescentes com restrição de liberdade.

Nesse sentido, os convênios com a Secretária Estadual de Educação possibilitaram a atuação nos espaços de privação de liberdade e as bolsas adquiridas via edital PIBID permitiu experiências bem exitosas e uma ampliação da integração com as redes públicas de ensino. Além de desenvolver atividades, em outras realidades escolares, os diálogos sobre história local, educação patrimonial e ambiental e as relações étnico-raciais, no sentido de pensar o

contexto das escolas localizadas no entorno do Campus de Ananindeua e os espaços dos bairros de Ananindeua e Belém.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Com o objetivo de alcançar uma formação plena e diversificada, que permita ao egresso do Curso de História exercer com êxito e criatividade suas atribuições como professor-pesquisador, além de atender aos princípios de flexibilização e inovação, propõe-se ao discente a realização de 60h de atividades complementares. Essa carga horária complementar deverá ser contabilizada a partir de componentes curriculares optativos (de no mínimo 45h) e de outras atividades de caráter acadêmicas e científicas (de no mínimo 15h).

Nesse contexto, o estudante deverá cursar um componente curricular optativo, com carga horária mínima de 45 horas, distinto da grade curricular obrigatória oferecida pelo curso. Esses componentes podem ser provenientes de componentes optativos ofertados pela própria Faculdade de História do Campus Universitário de Ananindeua ou de cursos da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

São consideradas atividades de caráter acadêmicas e científicas a inserção em projetos de pesquisa, ensino e extensão, na condição de bolsistas e ou voluntários, bem como, a participação em eventos acadêmicos e científicos, na condição, por exemplo, de ouvintes, monitores ou apresentadores de trabalhos. Como forma de normatizar as atividades complementares, caberá ao Núcleo Docente Estruturante construir e divulgar um regimento próprio.

Assim, a Faculdade de História reconhece a importância de ampliar a formação acadêmica dos discentes. Busca fomentar a participação do estudante em atividades acadêmicas, científicas e culturais que extrapolam as exigências curriculares tradicionais. Esse incentivo tem como objetivo estimular uma cultura acadêmica robusta, fundamentada nos três pilares que constituem a própria universidade: ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, as atividades complementares proporcionam uma valiosa oportunidade de enriquecimento curricular, possibilitando ao estudante o aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridos ao longo da graduação, por meio de estudos e práticas independentes, que favorecem o desenvolvimento da autonomia intelectual e da formação geral.

O envolvimento em atividades complementares visa, ainda, integrar a teoria aprendida ao longo do curso com a prática pedagógica, articulando as competências docentes de maneira

mais ampla. A participação em projetos de ensino, voltados para sua aplicação no contexto da educação básica, em escolas da rede pública de ensino, e em outras atividades acadêmicas, como minicursos, oficinas, seminários e congressos, proporciona aos alunos uma vivência que extrapola o âmbito da sala de aula. Essa vivência prática, complementada por ações voltadas à iniciação científica, à iniciação à docência e à extensão universitária, permite aos alunos não apenas ampliar seu repertório acadêmico, mas também engajar-se na identificação de problemas socioculturais e educacionais. Por meio dessa interação com a realidade, os discentes são desafiados a aplicar seus conhecimentos na organização do trabalho educativo e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Essas atividades complementares, cumpridas ao longo do percurso curricular, constituem-se em uma estratégia para fomentar a articulação das experiências acadêmicas e profissionais dos estudantes no campo do historiador. A experiência adquirida nesses diferentes contextos, como a intervenção em espaços de ensino e a participação em atividades extensionistas e científicas, enriquece a formação dos futuros professores de História, ampliando suas perspectivas sobre as múltiplas dimensões da prática docente e do papel da História no cenário educacional. Além disso, essa abordagem visa contribuir para o debate e a reflexão sobre as licenciaturas na contemporaneidade, alinhando-se às propostas e desafios presentes nos documentos oficiais da educação e nas práticas pedagógicas mais atuais.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho Curso (TC) será realizado em um dos campos do conhecimento histórico, de acordo com a proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Consiste em um trabalho que mobiliza os saberes históricos e didático-pedagógicos que os discentes tenham desempenhado ao longo do curso. O TC possui um caráter individual e pode apresentar o formato de monografia, de artigo científico ou de uma produção didática, desde que acompanhada da devida fundamentação escrita. Esta atividade curricular será desenvolvida com uma carga horária de 100 horas (teoria e prática). O TC será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será organizada durante o período letivo, sendo que a composição da banca examinadora e seu suplente deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do trabalho, em acordo com o discente. O TC será orientado por docente do Curso de História do Campus Universitário de Ananindeua (UFPA), a partir da solicitação do graduando e concordância

do professor. As orientações devem passar por homologação no Conselho da Faculdade. Professores de outras faculdades e/ou institutos podem orientar o TC de discentes do curso, desde que oficialize concordância com a orientação e as solicitações sejam aprovadas no Conselho da Faculdade de História. A Faculdade de História possuí uma Coordenação de TC, com as atribuições de organizar os pedidos e distribuição das orientações; de propor, de organizar e de verificar os agendamentos e materiais da defesa, encaminhando os registros para homologação no conselho da faculdade. Foi criado um regimento de TC, com o intuito de subsidiar as informações sobre a feitura do TCC, sendo disponibilizado no site da Faculdade de História, para amplo acesso. As normatizações para elaboração de trabalho científicos estão dispostas no Manual de Trabalho de Conclusão de Curso e Guia de Elaboração e Trabalhos Acadêmicos disponíveis no site Biblioteca Benedicto Monteiro, do Campus Universitário de Ananindeua ? UFPA, de amplo acesso. As versões digitais dos TC devem ser enviadas e também disponibilizados no site da Biblioteca Benedicto Monteiro.

POLÍTICA DE PESQUISA

A Política de Pesquisa do curso de História da Universidade Federal do Pará (UFPA) reflete o compromisso contínuo com a formação de professores-pesquisadores que compreendam a pesquisa como parte essencial de sua formação acadêmica. Articulando as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, o curso visa garantir uma formação integral, na qual a produção do conhecimento histórico, por meio da pesquisa, se coloca como um elemento mediador do processo formativo. Nesse sentido, a pesquisa se insere de forma indissociada, reforçando o papel do acadêmico como sujeito ativo na produção e socialização do conhecimento, alinhado às demandas contemporâneas da História e da educação.

Todos os docentes do curso de História são doutores, com ampla experiência em pesquisa histórica. Estão vinculados a grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, estabelecendo redes acadêmicas com outras universidades e pesquisadores nacionais e internacionais. Esses grupos são fundamentais na articulação do curso com as últimas discussões teóricas e metodológicas, contribuindo para a atualização constante dos conteúdos abordados nas disciplinas e promovendo o intercâmbio de saberes. Além disso, a maioria dos docentes participa de programas de pós-graduação como o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), o Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) e o Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (ProfCiAmb), que estão diretamente relacionados ao curso de História da UFPA, consolidando o vínculo entre

graduação e pós-graduação e garantindo a continuidade da formação acadêmica dos discentes.

A pesquisa no curso de História está integrada às ações de ensino e extensão, sendo uma das bases para a formação do futuro professor de História. O currículo do curso está estruturado de modo a contemplar a pesquisa acadêmica como um elemento essencial em todo o percurso formativo. A partir dos componentes curriculares do núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos, os estudantes são introduzidos à produção científica, com foco no desenvolvimento de competências investigativas e metodológicas que subsidiam a elaboração de seu Trabalho de Curso (TC). Ao longo de toda a trajetória acadêmica, o estudante é estimulado a se envolver em projetos de pesquisa, com acompanhamento contínuo dos docentes, garantindo que o conhecimento histórico seja construído a partir da experiência e da reflexão crítica sobre a História.

Além disso, o curso de História destaca a importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que articula diretamente as dimensões de ensino e pesquisa, promovendo a formação de professores-pesquisadores. No âmbito do PIBID, os alunos têm a oportunidade de desenvolver projetos de pesquisa nas escolas da educação básica, tornando-as espaços privilegiados para a construção de problemáticas de pesquisa relacionadas ao ensino e ao conhecimento histórico. Ao inserirem-se no cotidiano escolar, os alunos pesquisam as práticas pedagógicas, os processos de ensino-aprendizagem e as relações históricas presentes no contexto educacional, aprofundando sua compreensão sobre a história local, regional e nacional. Esse processo contribui para uma formação crítica e reflexiva, permitindo que o futuro docente se aproprie de métodos de pesquisa que possam ser aplicados em sua prática pedagógica, enquanto colabora com a construção do conhecimento no ambiente escolar.

Os professores, com seus projetos de pesquisa, angariam bolsas de iniciação científica (PIBIC) para os estudantes, criando um ambiente propício à formação científica desde a graduação. Esses projetos estão frequentemente articulados a editais de apoio à pesquisa, como os recursos do PAEV (Programa de Apoio à Realização de Eventos), que possibilitam o intercâmbio com pesquisadores e instituições de diferentes partes do Brasil e do exterior, ampliando as perspectivas dos estudantes e docentes. Assim, os discentes têm a oportunidade de participar ativamente da produção de conhecimento histórico, incluindo suas próprias perspectivas de investigação e atuação nos projetos em andamento.

A formação de professores-pesquisadores é um dos pilares da Política de Pesquisa, e ela está centrada no desenvolvimento de um perfil profissional que seja capaz de analisar criticamente o conhecimento, questionando as formas de ensino e as narrativas históricas.

Nesse contexto, o curso de História da UFPA se propõe a oferecer não apenas uma formação técnica e disciplinar robusta, mas também a capacitar seus alunos para atuarem como pesquisadores, sempre em diálogo com a realidade da educação básica e com os desafios da sociedade contemporânea. Para isso, a pesquisa será vista não apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma prática de transformação social, em que os futuros professores de História são incentivados a desenvolverem projetos de pesquisa que estejam em sintonia com os desafios sociais, culturais e históricos de suas comunidades.

O Laboratório de Ensino de História, como espaço de reflexão, experimentação e produção de material didático, tem papel fundamental na integração da pesquisa ao ensino, oferecendo aos alunos ferramentas e metodologias inovadoras para explorar as questões do ensino de História e sua aplicação nas escolas. Este espaço é um ponto de culminância das práticas pedagógicas e investigativas do curso, contribuindo para a formação de professores que sejam ao mesmo tempo pesquisadores e mediadores do conhecimento histórico. Além disso, o Laboratório favorece a produção de materiais e pesquisas aplicadas, que podem ser compartilhadas com os programas de pós-graduação da UFPA, como o ProfHistória, estreitando a relação entre graduação e pós-graduação.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão no curso de História visa proporcionar uma formação integral e inovadora aos alunos, colocando a pesquisa no centro da formação acadêmica e promovendo a produção de conhecimento histórico que impacte positivamente a sociedade e a educação básica. Essa abordagem integra as competências profissionais necessárias para que os graduandos se tornem professores capazes de contribuir para a construção de uma história mais crítica, inclusiva e contextualizada com as realidades locais e regionais.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A política de extensão do curso de Licenciatura em História se fundamenta na Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que orienta as Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) como práticas realizadas nas instituições de Educação Básica, com acompanhamento e orientação de professores formadores da Instituição de Ensino Superior (IES). A extensão é entendida como parte integral do processo formativo, permitindo aos licenciandos desenvolver e aplicar, nas escolas e comunidades, os conhecimentos adquiridos no curso, contribuindo para a valorização da história local e o fortalecimento da prática pedagógica no ensino de História.

O curso propõe uma integração entre ensino, pesquisa e extensão, em que os licenciandos se envolvem ativamente em ações extensionistas. Essas práticas são planejadas para promover uma reflexão crítica sobre o ensino de História, a partir de uma vivência prática em escolas e comunidades. A extensão, portanto, não é apenas um complemento à formação acadêmica, mas um espaço de aprendizagem contextualizado e prática pedagógica aplicada, que reflete os desafios e as dinâmicas locais da educação básica.

A extensão no curso de Licenciatura em História é pensada como uma prática educativa transformadora que aproxima os licenciandos da realidade escolar e social, promovendo uma reflexão crítica sobre as questões históricas e culturais do contexto educacional e das comunidades envolvidas. Essa abordagem alinha-se à proposta de integrar a universidade à comunidade, através de ações de valorização da história local, resgatando e reconhecendo as memórias coletivas de grupos sociais, muitas vezes marginalizados pela historiografia tradicional.

A extensão no curso tem como objetivo fortalecer a formação histórica dos licenciandos, oferecendo um campo de investigação prático, onde as questões do ensino de História e da produção do conhecimento histórico são trabalhadas diretamente nas escolas, com uma abordagem investigativa e colaborativa.

Os componentes extensionistas foram elaborados para que se completem e se articulem de forma progressiva, permitindo aos licenciandos desenvolverem uma trajetória de aprendizado contínuo e aprofundado. Cada um dos quatro componentes tem identidade própria, mas, ao mesmo tempo, estão interligados, propiciando uma formação abrangente e integrada.

? Prática Extensionista I: Diversidade Cultural, Movimentos Sociais e Ensino de História: Introduz o conceito de diversidade cultural e o papel dos movimentos sociais, focando o lugar da escola na valorização de múltiplas expressões culturais no ensino de História.

? Prática Extensionista II: Fontes e Memória Escolar: Foca na pesquisa e organização de fontes históricas escolares, com o objetivo de preservar e valorizar a memória da escola, promovendo a participação da comunidade escolar na construção dessa memória.

? Prática Extensionista III: História, Escola e Identidades Locais: Investigação das dinâmicas sociais e culturais da comunidade escolar, valorizando as identidades locais e as interações entre a escola e seu entorno.

? Prática Extensionista IV: História e Memória de Comunidades: Valoriza as histórias de comunidades marginalizadas, possibilitando aos licenciandos contribuir com a narrativa histórica dessas comunidades, reconhecendo suas lutas e conquistas.

As modalidades de extensão incluem práticas de pesquisa e produção de materiais didáticos,

voltadas para a criação de projetos pedagógicos que dialoguem com as realidades escolares. Cada componente possui ações específicas de investigação de fontes históricas, levantamento de memórias locais, e elaboração de projetos educativos, de forma que os licenciandos possam utilizar essas ações investigativas como base para a construção do conhecimento histórico.

As atividades extensionistas, realizadas nas escolas e comunidades, são planejadas para garantir a integração entre as teorias discutidas no curso e a realidade local. Isso permite que os licenciandos possam aplicar suas competências de forma crítica e reflexiva, respeitando as particularidades das comunidades em que atuam.

O acompanhamento das práticas extensionistas será realizado por meio de reuniões periódicas com os orientadores, que acompanharão o progresso das atividades, discutindo as metodologias aplicadas e ajustando os projetos conforme necessário. As avaliações serão formativas, focadas na qualidade da pesquisa realizada, no impacto das ações nas comunidades envolvidas e na reflexão crítica do licenciando sobre a sua prática extensionista.

O registro das ações extensionistas será feito de forma sistemática, com a documentação dos processos e dos resultados das atividades, como relatórios de campo, entrevistas, elaboração de materiais didáticos e registros fotográficos ou audiovisuais. Esses registros permitirão uma avaliação detalhada do impacto das práticas na formação dos licenciandos e nas comunidades escolares.

A avaliação dos componentes extensionistas será baseada na qualidade dos projetos realizados, no engajamento das comunidades envolvidas, e na capacidade dos licenciandos de refletirem criticamente sobre a aplicação de suas ações extensionistas no contexto escolar. A avaliação também considerará o desenvolvimento das habilidades investigativas, o planejamento e execução de atividades didáticas, e a produção de conhecimento histórico no âmbito escolar.

A política de extensão do curso também se desdobra a partir da atuação docente nas ações extensionistas vinculadas aos componentes curriculares ministrados pelos professores, bem como em projetos de extensão próprios, financiados por editais anuais lançados pela Pró-Reitoria de Extensão da UFPA. Anualmente, os projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes da faculdade de História têm sido contemplados com bolsas extensionistas para os estudantes, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) e do PROEX - Extensão - Eixo Transversal. Esses projetos promovem ações extensionistas articuladas às dimensões do ensino e da pesquisa, com ênfase no diálogo com a sociedade, particularmente no contexto da Região Metropolitana de Belém.

Esses projetos apresentam um perfil temático vinculado a demandas contemporâneas, como a divulgação de informações cientificamente fundamentadas, o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), e questões de preservação ambiental e direitos humanos, com especial atenção às questões étnico-raciais e de gênero. A atuação extensionista é ainda ampliada por iniciativas que envolvem escolas públicas e comunidades quilombolas localizadas no município de Ananindeua, proporcionando aos licenciandos e docentes a oportunidade de desenvolver projetos significativos em parceria com essas comunidades.

A política de extensão do curso de Licenciatura em História também é enriquecida por importantes recursos tecnológicos disponíveis tanto para alunos quanto para professores, como o Laboratório Virtual de Ensino de História (LVEH). Este ambiente virtual oferece uma ampla gama de ferramentas e recursos, como bancos de dados históricos, simuladores, vídeos e uma biblioteca digital, que proporcionam uma experiência de aprendizado mais dinâmica e acessível. O LVEH vai além do ensino tradicional, promovendo metodologias ativas que incentivam os alunos a se tornarem protagonistas de sua formação, além de possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras no ensino de História.

O projeto de extensão HISTORIX, vinculado ao LVEH, é um exemplo emblemático de como as TDICs podem ser utilizadas para promover o conhecimento histórico de forma criativa e acessível. O HISTORIX promove a construção colaborativa do conhecimento, envolvendo alunos, professores e a comunidade em atividades que estimulam a pesquisa e a difusão do saber histórico. Por meio do LVEH, desenvolvem-se projetos de pesquisa, ensino e extensão que exploram temas do ensino de História e utilizam as TDICs para criar jogos educacionais, aplicativos, materiais didáticos interativos e até ambientes virtuais de ensino. Tais iniciativas são alinhadas às demandas contemporâneas de formação de professores, capacitando-os a utilizar a tecnologia de forma crítica e criativa, conforme as exigências pedagógicas atuais.

Essas práticas extensionistas, sustentadas por teorias educacionais que valorizam a importância da tecnologia no aprendizado, ressaltam aspectos como acessibilidade, interatividade e colaboração. A acessibilidade assegura que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica ou habilidades, possam aproveitar plenamente os recursos tecnológicos disponíveis. A interatividade, por sua vez, favorece um aprendizado mais ativo, no qual os alunos participam de forma envolvente no processo de construção do conhecimento. Já a colaboração estimula o trabalho em equipe, desenvolvendo habilidades sociais e profissionais essenciais para o mercado de trabalho contemporâneo.

A utilização de plataformas digitais, laboratórios virtuais e projetos de extensão como o HISTORIX coloca-se, portanto, como um pilar importante na formação de futuros professores de História. Essas iniciativas promovem uma formação crítica, reflexiva e adaptada às novas demandas educacionais, preparando os licenciandos para enfrentarem os desafios da educação contemporânea e para inovar no uso das tecnologias no ensino de História. Assim, a Faculdade de História, por meio de suas ações extensionistas, se compromete em integrar as tecnologias ao currículo pedagógico, garantindo que os estudantes se tornem profissionais capacitados para utilizar os recursos digitais de forma criativa, crítica e alinhada às necessidades da sociedade.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Faculdade de História está comprometida com uma formação docente inclusiva, com a inclusão social e a acessibilidade, buscando garantir que todos os seus alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, possam ingressar e se desenvolver academicamente. Essa política articula-se com as diretrizes institucionais, especialmente por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proaes), responsável por implementar ações que garantam a integração e o sucesso acadêmico dos discentes, em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No Campus Universitário de Ananindeua (CANAN), há a Divisão de Assistência e Acessibilidade Estudantil (DAEST), setor de assistência, acessibilidade e integração estudantil, com a finalidade de ampliar as condições de permanência e conclusão dos estudos dos discentes do CANAN. A atuação da DAEST se faz a partir do suporte pedagógico, atendimento psicológico, orientações, além de outras ações voltadas para auxílio dos estudantes, inclusive os relacionados a publicização e inscrição em editais ligados à assistência estudantil.

A UFPA oferece uma série de programas de apoio e assistência estudantil. O PINAES (Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade), que foi aprovado em 2021, contempla ações que buscam promover a inclusão e a permanência dos estudantes no ensino superior, oferecendo suporte acadêmico, social e financeiro. Esses eixos estruturantes ? Assistência Estudantil, Integração Estudantil, Acessibilidade e Alimentação Estudantil ? garantem a oferta de auxílios financeiros, apoio pedagógico e psicossocial, além de ações de acessibilidade. A política de acessibilidade da UFPA busca eliminar barreiras pedagógicas,

comunicacionais e tecnológicas, atendendo a discentes com deficiência física, visual, auditiva, TEA e superdotação.

Constituem-se como auxílios e programas destinados a reduzir desigualdades socioeconômicas e promover a inclusão:

? Auxílio Permanência ? Concedido anualmente para custear despesas com transporte, alimentação e material didático.

? Auxílio Moradia ? Destinado a estudantes que necessitam de apoio para custear aluguel.

? Auxílio Emergencial ? Apoio financeiro temporário para situações imprevistas, garantindo a continuidade dos estudos.

? Auxílio Primeira Infância ? Auxílio voltado a discentes com filhos em idade escolar, cobrindo despesas com educação infantil.

A UFPA adota um enfoque de ação social voltado à inclusão, que se reflete em sua participação nos Programas de Ações Afirmativas, como a Política de Cotas (Resolução nº 3.361/2005), que reserva vagas para candidatos oriundos de escolas públicas e, no caso de alunos negros ou pardos, também garante um número específico de vagas. A Faculdade de História se compromete a desenvolver práticas docentes voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, e, para tanto, conta com a orientação contínua da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA, que realiza ações de capacitação e sensibilização de docentes e discentes sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de outras necessidades específicas.

Reconhecendo a importância de políticas afirmativas, a universidade disponibiliza:

? Auxílio Moradia e Emergencial para Indígenas e Quilombolas ? Recursos específicos para estudantes de comunidades tradicionais.

? Auxílio Kit PcD e Tecnologia Assistiva ? Suporte financeiro para aquisição de materiais e equipamentos que facilitem o acesso à educação.

? Serviços de Acessibilidade ? Incluem transcrição em braille, leitores de tela, áudio-descrição e adaptação de materiais para estudantes com deficiência visual.

Além das ações de apoio direto aos estudantes com deficiência (PCDs), a instituição tem investido em materiais e recursos didático-pedagógicos que favorecem o acesso e a permanência de todos os alunos na universidade. O Campus de Ananindeua, por exemplo, já inclui no seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) a aquisição de equipamentos como máquinas e impressoras de braile, scanners acoplados a computadores, rampas de acesso, pisos táteis e banheiros adaptados, que são essenciais para a construção de um ambiente acessível. Essas medidas estão alinhadas com as diretrizes da Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto nº 7.611/2011) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que têm como objetivo eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais, promovendo uma educação inclusiva de qualidade.

Para garantir o bem-estar e o desenvolvimento acadêmico, a UFPA oferece acompanhamento psicopedagógico e formação complementar, com as iniciativas:

? Plantão Psicológico Online ? Atendimento por vídeo chamada para estudantes com dificuldades emocionais.

? Orientação Pedagógica ? Auxílio na organização de estudos, com atendimento especializado para PcDs quando necessário.

? Bolsa PRÓLÍNGUAS ? Incentivo ao aprendizado de línguas estrangeiras, com auxílio para aquisição de materiais didáticos.

? Monitoria PROBAC ? Bolsas para estudantes que atuam como monitores de colegas com deficiência.

No curso de Licenciatura em História, os alunos com TEA e outras deficiências podem contar com o apoio da COACESS para a elaboração de planos de formação especializados, atendendo às necessidades pedagógicas de cada aluno. O curso também realiza anualmente a recepção de calouros, evento que visa acolher os novos estudantes, apresentando a infraestrutura do campus, os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de História e destacando as ações de inclusão e acessibilidade implementadas.

Esse conjunto de políticas e ações visa não apenas o ingresso dos alunos com deficiência no ensino superior, mas também sua permanência, oferecendo os recursos necessários para que possam superar as dificuldades e alcançar o sucesso acadêmico. Dessa forma, a Faculdade de História reafirma seu compromisso com uma educação inclusiva, onde a diversidade é respeitada e valorizada, e todos os estudantes têm a oportunidade de desenvolver suas potencialidades no contexto universitário.

POLÍTICA DE EGRESSO

A Política de Egressos do Curso de Licenciatura em História busca promover um acompanhamento contínuo e efetivo dos egressos. O objetivo central é fortalecer o vínculo da Faculdade de História com os egressos, propiciando a troca de experiências, ampliando as

oportunidades de formação continuada e avaliando o impacto dos egressos na prática pedagógica. Acompanhar a trajetória dos egressos também é fundamental para aprimorar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e alinhar o processo de ensino-aprendizagem às necessidades do mercado de trabalho e às novas demandas da sociedade. A Faculdade de História mantém os contatos de e-mail ativos, incluindo um cadastro dos egressos, o que permite a divulgação de informações pertinentes. Esse cadastro possibilita o acompanhamento da trajetória profissional e acadêmica dos egressos. Há estudos em andamento para desenvolver uma plataforma digital institucional, que facilitaria o envio de informações sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, o andamento de sua formação acadêmica e sua participação em atividades relacionadas à educação e à pesquisa. A comunicação com os egressos é um aspecto central da política de acompanhamento. A Faculdade de História utiliza diversos canais digitais para manter contato com seus ex-alunos: E-mail: A comunicação regular é feita por meio de e-mails, nos quais a instituição envia informativos sobre eventos, oportunidades acadêmicas, cursos de pós-graduação, entre outros. Esses comunicados permitem que os egressos se mantenham conectados com a instituição e possam aproveitar as oportunidades de formação continuada e participação em atividades acadêmicas; Redes Sociais: A faculdade possui uma presença ativa em redes sociais, como o Instagram, utilizado para divulgar eventos, cursos e outras iniciativas de interesse dos egressos. O canal do YouTube Historix também é um importante meio de disseminação de conteúdos acadêmicos e atividades realizadas pelo curso, incluindo palestras e discussões sobre temas relevantes ao ensino de História. O Laboratório Virtual de Ensino de História é mais um canal ativo que contribui para a atualização dos egressos em termos de metodologias de ensino e recursos educacionais.

Com o intuito de fomentar a troca de experiências e promover o fortalecimento dos vínculos com os egressos, a Faculdade de História, por meio dos grupos de pesquisa e componentes curriculares coordenados pelos docentes, organiza eventos em que os egressos são convidados a compartilhar sua trajetória profissional. Esses eventos proporcionam aos alunos atuais uma visão prática e enriquecedora sobre os desafios e as conquistas do profissional de História no mercado de trabalho. Além disso, a Faculdade de História tem incentivado a participação de seus egressos em eventos de formação continuada, como workshops, minicursos e conferências acadêmicas, reforçando o compromisso com o desenvolvimento profissional contínuo.

A Faculdade de História está desenvolvendo iniciativas de pesquisa com egressos para avaliar e melhorar o curso e suas práticas pedagógicas. Questionários online serão utilizados para coletar dados sobre a inserção profissional dos ex-alunos e suas percepções sobre a

formação recebida. A partir desses dados, será possível avaliar o impacto do curso na vida profissional dos egressos e identificar áreas que possam ser aprimoradas no currículo. Além disso, essas pesquisas contribuirão para a avaliação contínua do PPC e a implementação de melhorias fundamentadas nas necessidades reais do mercado de trabalho.

A faculdade também acompanha de perto o desenvolvimento de seus egressos no campo acadêmico, com ênfase naqueles que continuam seus estudos em programas de pós-graduação. O acompanhamento abrange programas de mestrado e doutorado vinculados ao Campus de Ananindeua e à UFPA, como o ProfHistória, o ProfCiamb e o PPHIST, entre outros. Esses programas de pós-graduação representam uma continuidade do processo formativo e são fundamentais para o crescimento intelectual dos egressos e para o estreitamento da relação da instituição com os ex-alunos.

Além disso, há o incentivo à continuidade do envolvimento dos egressos em grupos de pesquisa, ampliando sua participação em atividades acadêmicas e no desenvolvimento de novas pesquisas.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Os procedimentos metodológicos empregados pelos professores deverão ser diversificados e inovadores abrangendo além das aulas expositivas dialogadas, aulas práticas e experimentais associadas à produção de material didático e visitações orientadas à escolas e demais espaços não formais de ensino, tais como: museus, centros de documentação, bibliotecas, institutos de pesquisa onde possam desenvolver projetos educacionais. O planejamento das atividades curriculares será realizado no início de cada semestre letivo respeitando o calendário acadêmico da Universidade Federal do Pará, e envolverá professores, alunos, técnicos e coordenação do Curso. O processo de avaliação se constitui em um espaço importante para o planejamento das atividades docentes da faculdade, por esse motivo, após o semestre letivo ocorre uma avaliação das ações desenvolvidas no período, não só relativo às atividades em sala de aula, como também a realização de eventos acadêmicos e orientações em projetos de pesquisa e extensão. Nesse sentido, é imprescindível que a metodologia de ensino seja definida a partir da relação professor-aluno estimulada nesses espaços de diálogo, na perspectiva de buscar o envolvimento desses sujeitos para as práticas de pesquisa e produção do conhecimento histórico e educacional, visando à ampliação das possibilidades de autonomia profissional tanto para os docentes formadores quanto para os discentes em formação.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Como um dos aspectos das diretrizes do Curso de Licenciatura em História para a formação de um profissional com autonomia e criticidade para atuar em espaços de ensino, o processo avaliativo do curso vislumbra oportunizar ações apropriadas para evitar que a avaliação se constitua apenas em aferição de conhecimento, pois entendemos a avaliação como elemento constitutivo, orientador e reorientador do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, uma avaliação de natureza formativa sem excluir o seu caráter somativo. Nesse sentido, atividades como autoavaliação dos discentes e docentes corroboram para esse aspecto de pensar com responsabilidade sobre a sua formação e qual profissional ambiciona se tornar, no caso dos docentes, como esse processo se articula com a ideia de um professor prático reflexivo. Está previsto na conclusão das disciplinas a realização de análises descritivas dos resultados das avaliações discentes. Essa atividade possibilita pensar a formação e a avaliação, não só ao longo da disciplina, mas em todo o processo de formação profissional que o curso pretende capacitar, bem como as suas dimensões teóricas e práticas. Como pensado no perfil do egresso, a consolidação de uma postura crítica e de autonomia intelectual se consolida com uma visão crítica sobre a sua própria formação e a interação com a sociedade. As formas de avaliações a exemplo de testes, observações, produção de textos, construção de projetos, elaboração de materiais didáticos, sistematização de dados, entre outras, serão determinadas por cada professor considerando as peculiaridades do conteúdo programático de cada disciplina, respeitando as diretrizes dispostas no Regulamento do Ensino de Graduação. O discente será avaliado em, no mínimo, três momentos no decorrer de uma disciplina. A forma de avaliação deverá ser apresentada e discutida entre os docentes e os discentes no primeiro dia de aula, e as determinações acordadas deverão ser cumpridas. O conceito final será decorrente da média, que poderá ser ponderada ou aritmética (dependendo da situação). As notas serão atribuídas considerando a seguinte pontuação: 9,0 a 10,0 Excelente (EXC); 7,0 a 8,9 Bom (BOM); 5,0 a 6,9 Regular (REG) e 0 a 4,9 Insuficiente (INS). As avaliações deverão ser contínuas através da participação em sala de aula; realizadas através de verificação formal de aprendizagem (provas escritas e práticas); por elaboração de relatórios de atividades de campo; por apresentações de seminários; por organização de mini-cursos e palestras; por elaboração de material didático; por autoavaliação; por participação em eventos acadêmico-científicos; e por outras formas estabelecidas pelas normas superiores da UFPA. Cada docente deverá

apresentar à sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem e discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem. Caberá a uma Comissão composta por três professores do quadro docente da UFPA, designados pelo Conselho do Curso, dar parecer sobre discordâncias entre discentes e docentes quanto à forma de avaliação.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A gestão do curso de Licenciatura em História na universidade é um processo dinâmico e integrado, pautado por princípios democráticos e guiado por um Plano de Gestão de Curso. Este plano visa sistematizar práticas e processos que garantam a qualidade e a relevância da formação oferecida, abordando aspectos como autoavaliação, avaliação externa, metodologias de planejamento e implementação de melhorias. Assim, a Direção e o Conselho da Faculdade de História podem assegurar que o curso se mantenha alinhado às exigências contemporâneas da educação. Todas as decisões são tomadas em conjunto no âmbito do Conselho da Faculdade, garantindo que não haja decisões unilaterais. A direção organiza um planejamento anual que orienta as atividades a serem desenvolvidas, seguido de uma reunião de planejamento que permite que docentes, técnicos e representantes discentes apresentem suas propostas e intenções de ação. As sugestões são discutidas e, após análise, podem ser incorporadas ao planejamento da Faculdade. No que diz respeito à avaliação, a Faculdade de História adota o programa de autoavaliação dos Cursos de Graduação da UFPA, denominado AVALIA. Este processo é obrigatório e envolve a aplicação de formulários específicos a discentes e docentes, realizados semestralmente por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). A avaliação interna também inclui a coleta de feedback dos alunos, que participam do um formulário semestral do AVALIA. Os resultados são disponibilizados no Relatório de Avaliação Interna da Faculdade de História, que pode discutido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e no próprio Conselho da Faculdade. As principais ferramentas utilizadas para a autoavaliação incluem questionários de satisfação, que coletam feedback sobre conteúdos, metodologias e infraestrutura; reuniões pedagógicas semestrais, onde professores analisam os resultados e propõem ajustes; e fóruns de discussão, a partir do SIGAA, com a participação de alunos, professores e ex-alunos, abordando questões sobre a formação e a prática pedagógica. Os resultados da autoavaliação são apresentados em reuniões de colegiado do curso. Com base

nas informações coletadas, são definidas ações de melhoria, como a revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), desenvolvimento de novas metodologias de ensino, e demandas para docentes. Além disso, a interação constante entre a direção da faculdade, o NDE e a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG) da UFPA é essencial. Este diálogo é crucial para a adequação às diretrizes e resoluções do Ministério da Educação e para promover políticas internas que visem à qualidade e ao aperfeiçoamento do ensino, com foco nas questões curriculares. As mudanças propostas, tanto a partir das avaliações interna quanto externa, são formalizadas em um Plano de Ação que inclui metas, prazos e responsáveis. O acompanhamento das ações é realizado em reuniões anuais, onde são discutidos os progressos e ajustes necessários. Os processos de avaliação são amplamente influenciados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), fornece dados valiosos sobre a eficácia do curso. As resoluções e diretrizes específicas para a formação de licenciados em História são amplamente debatidas no conselho da faculdade e no NDE, garantindo que o currículo esteja sempre alinhado com as exigências contemporâneas.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
ADILSON JÚNIOR ISHIHARA BRITO	Doutor	Teoria e Metodologia do ensino e da pesquisa em História	Dedicação Exclusiva
Aluisio Fernandes Da Silva Junior	Doutor	Educação e Didática	Dedicação Exclusiva
ANNA MARIA ALVES LINHARES	Doutor	Teoria e Metodologia do ensino e da pesquisa em História	Dedicação Exclusiva
CARLOS AUGUSTO DE CASTRO BASTOS	Doutor	História da América, História da Amazônia e Estudos Locais	Dedicação Exclusiva
Darlene Teixeira Ferreira	Doutor	LIBRAS	Dedicação Exclusiva
FRANCIVALDO ALVES NUNES	Doutor	História do Brasil	Dedicação Exclusiva
SIDIANA DA CONSOLACAO FERREIRA DE MACEDO	Doutor	Ensino de História	Dedicação Exclusiva
SIMEIA DE NAZARE LOPES	Doutor	Teoria e Metodologia do ensino e da pesquisa em História	Dedicação Exclusiva
SUENY DIANA OLIVEIRA DE SOUZA	Doutor	Ensino de História	Dedicação Exclusiva
WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA	Doutor	História do Brasil	Dedicação Exclusiva
WESLEY OLIVEIRA KETTLE	Doutor	História da América, História da Amazônia e Estudos Locais	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

No quadro técnico administrativo disponibilizamos de um profissional (técnico administrativo) atuando na área: ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO: LUIS MATHEUS QUEIROZ REIS. 40 HORAS SEMANAIS.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
As salas de aula possuem dimensões de 59m², comportando entre 40 e 60 alunos. Possuem cadeiras, mesa, lousa, centrais de ar e data show a disposição para ser utilizado. O acesso as salas acontecem por escadas e elevador.	Sala	50	Aula	4

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
As salas de aula possuem dimensões de 59m², comportando entre 40 e 60 alunos. Possuem cadeiras, mesa, lousa, centrais de ar e data show a disposição para ser utilizado. O acesso as salas acontecem por escadas e elevador.	computador	Cedido	2	A Faculdade de História possui um Laboratório adquirido por meio de edital LabInfra, submetido e aprovado em parceria com a Faculdade de Geografia, no qual os alunos, quando mobilizados pelos docentes, desenvolvem atividades de ensino e pesquisa. A sala do Laboratório possui 40 m², com computadores com acesso à internet para consulta a acervos on-line, mesas, cadeiras e lousa. Além disso, a Faculdade possui um laboratório virtual de Ensino de História, a partir do qual são realizados eventos, e

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

___. Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996.

___. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014-2024 e dá outras providências, 2018.

___. Atualização da Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007 e da Resolução CNE/CES nº 4 de 6 de abril de 2009 que tratam das cargas horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação. CNE/MEC, 2020.

___. Lei n° 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

___. Resolução CNE n° 03/99. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

___. Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

___. Parecer CNE/CEB n° 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de

Jovens e Adultos.
___. Resolução CNE/CEB n° 11/2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
___. Decreto n° 4.281/ 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
___. Parecer CNE/CEB n° 1/2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
___. Lei n° 10.639/2003. Altera a Lei nº.9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura AfroBrasileira, e dá outras providências.
___. Portaria nº 1.942/2003. Institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos relacionados aos Afrodescendentes.
___. Decreto n° 5.051/2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
___. Parecer CNE/CP n° 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
___. Portaria n° 4.059/2004. Resolve que as Instituições de Ensino Superior poderão introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de componentes curriculares integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no Art. 81 da Lei nº 9.394 de 1.996 e no disposto nesta Portaria.
___. Decreto n° 5.622/2005. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
___. Decreto nº 5.626/2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a inclusão de LIBRAS como componente curricular obrigatório ou optativo em cursos de nível médio e superior, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.
___. Parecer CNE/CP n° 5/2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
___. Parecer CNE/CEB n° 1/2006. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
___. Parecer CNE/CES n° 23/2006. Aprecia a Indicação CNE/CES nº 8/2005, que propõe a revisão da Resolução CNE/CES n° 1/2005, na qual são estabelecidas normas para o apostilamento em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
___. Resolução CNE/CP n° 1/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso

de Graduação em Pedagogia, licenciatura - Resolução CNE/CES n° 08/2006 - Altera a Resolução CNE/CES nº 1, de 1º de fevereiro de 2005, que estabelece normas para o apostilamento no diploma do curso de Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental. para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências.

___. Lei nº 12.796/2013. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências.

___. Lei nº 13.005 de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

___. Resolução CNE/CP nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

___. Resolução CNE/CP nº 4/ de 29/05/2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

___. Parecer CNE/CP nº 15/2017. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Portaria nº 1.570. Diário Oficial da União de 21/12/2017.

___. Resolução CNE/CP nº 2/2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada, obrigatoriamente, ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

___. Lei nº14.191 de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a mobilidade de Educação Bilíngue para Surdos. INEP.

___. Manual para classificação dos cursos de graduação e sequenciais: CINE Brasil [recurso eletrônico]. ? Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 160 p.: il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/manual_para_classificacao_dos_cursos_de_graducacao_e_sequenci ais_cine_brasil.pdf

PARÁ. Resolução nº 3539 de 18 de julho de 2007. Aprova os Horários de Aulas dos Cursos de Graduação da UFPA. CONSEPE, 2007.

___. Instrução Normativa que estabelece a forma de cálculo para a carga horária das atividades curriculares. CONSEPE, 2015.

___. Resolução nº 5.467 de 27 de janeiro de 2022. Aprova as Diretrizes para a Estruturação das Atividades Acadêmicas de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação

da Universidade Federal do Pará (UFPA), CONSEPE, 2022.

___. Resolução nº 731 de 17 de dezembro de 2014. Aprova o uso de Nome Social no âmbito da Universidade Federal do Pará.

___. Plano de Desenvovimento Instititucional (PDI) 2016-2025, UFPA, 2016.